

março | 2023

jornal FNE



REAFIRMAR A LUTA NA AUSÊNCIA DE SOLUÇÕES

EDITORIAL**P.3** GOVERNO AGE SEMPRE TARDE E A MÁS HORAS**AÇÃO SINDICAL****P.4 À P.12** SEM ACORDO COM A TUTELA, A LUTA CONTINUOU DE DIFERENTES FORMAS**P.13** BANDEIRA "MELHORAR A EDUCAÇÃO? TRATEM BEM OS QUE CÁ ESTÃO!" PERCORRE ESCOLAS DO PAÍS ATÉ 20 DE ABRIL**P.14, P.15** FNE E SINDICATOS DA UGT CELEBRARAM O PRIMEIRO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO PARA AS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS**P.16** ASSINADO ACORDO DE REVISÃO DO CCT COM AS MUTUALIDADES**P.17** SPCL REUNIU COM O SECP, PAULO CAFÓFO, NA ALEMANHA: «PROMESSAS, ESPEREMOS QUE PARA CUMPRIR»**P.18** DIA MUNDIAL DA ÁRVORE E DA FLORESTA - PLANTAR NO PRESENTE PARA COLHER NO FUTURO**ENTREVISTA****P.20 À P.24** JOÃO DIAS DA SILVA, EM VÉSPERAS DE PASSAR O TESTEMUNHO: QUALQUER MODELO PERMITE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**NA MINHA OPINIÃO****P.25** SDPA: 34 ANOS AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO E DOS PROFESSORES DOS AÇORES**NÃO DOCENTES****P.26** AGENDA DO TRABALHO DIGNO**P.27** APROVADO O ESTATUTO DO PESSOAL DE AÇÃO EDUCATIVA NOS AÇORES**INTERNACIONAL****P.28** FNE NO DIÁLOGO SETORIAL DA EDUCAÇÃO EM BRUXELAS**SAÚDE****P.29** AS MULHERES E A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**LEGISLAÇÃO****P.30** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE FEVEREIRO A 25 DE MARÇO DE 2023**+VANTAGENS FNE****P.31** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA****MARÇO 2023****proprietário**
Federação Nacional da Educação**diretor**
João Dias da Silva**produção de conteúdos**
Joaquim Santos e Tiago Soares**secretariado**
Teresa Morais**sindicatos membros**Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato Democrático dos Professores do Sul *
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas**tesoureiro**

Joaquim Fernandes

redaçãoRua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 *
secretariado@fne.pt**produção gráfica e paginação**
Rafael Marques e Tiago Soares

GOVERNO AGE SEMPRE TARDE E A MÁS HORAS

Embora a situação generalizada das famílias se tenha deteriorado enormemente, ao longo dos últimos meses, em resultado de uma inflação que atingiu níveis inesperados, o Governo tem tardado em encontrar medidas com impacto direto na vida das pessoas e que mitiguem as dificuldades com que as pessoas se têm defrontado.

Só ao fim de três meses, tarde e a más horas, é que o Governo acaba de anunciar um pacote de medidas que, ou só tenuemente terão algum impacto ou que nem sequer serão sentidas pelas pessoas.

O Governo continua obcecado com as metas do déficit e só muito dificilmente se dispõe a uma intervenção corretiva e incisiva, e sempre com limitações muito fortes.

Deste modo, a nossa exigência continua a ser a de que o Governo seja mais atento às pessoas e que defina medidas de largo alcance social.

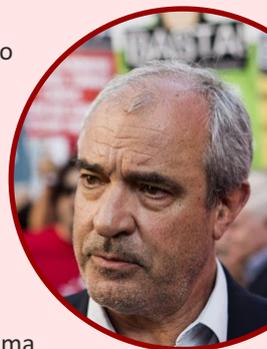
Não basta anunciar medidas de cartaz, como é o caso da agenda para o trabalho digno; é preciso que haja medidas concretas e que tenha efeito na vida quotidiana.

Este modo de agir do Governo reflete-se também na forma como trata das reivindicações que os educadores e professores portugueses não desistem de apresentar, em nome da valorização de uma carreira que é essencial para o desenvolvimento do país.

Com efeito, o Governo e o seu Ministério da Educação continuam a ignorar a urgência da adoção de medidas concretas de reconhecimento e valorização, entretendo-se a apresentar propostas de muito reduzido impacto quando não são elas próprias indutoras de novas injustiças e mal-estar. Foi assim no caso dos cursos; é assim nas medidas anunciadas para a chamada correção de injustiças nos processos de congelamento e de ajustamento da carreira.

Acresce que, perante a justa luta dos professores em resposta a esta incapacidade do Ministério e às greves que por essa razão têm sido marcadas, o Ministério da Educação tem adotado uma posição sistemática de obstrução ao livre exercício do direito da greve.

A resposta da FNE a esta atitude do Governo tem-se mantido sem desistência e não deixaremos de usar todos os mecanismos que estiverem ao nosso alcance, em nome e em defesa de todos os que representamos.



João Dias da Silva
Secretário-Geral da FNE



SEM ACORDO COM A TUTELA, A LUTA CONTINUOU DE DIFERENTES FORMAS

Ainda no final de fevereiro e após as maratonas negociais que decorreram ao longo do mês, a FNE e os restantes sindicatos presentes em plataforma decidiram reafirmar as greves de 2 (com incidência em distritos do norte e centro) e 3 de março (incidência em distritos a sul), juntando a este protesto duas manifestações em Lisboa e Porto, a 4 de março, com desfile à mesma hora.

Os nove sindicatos em convergência estranharam a decisão do colégio arbitral que obrigava a que as greves daqueles dois dias teriam serviços mínimos, acrescentando que "por um lado, o ME havia desistido do pedido de serviços mínimos; estranha porque, segundo o Acórdão aprovado apenas por maioria, a decisão de decretar serviços mínimos não decorre destas greves, mas de outras às quais estas nove organizações são alheias".

Independentemente daquela decisão, ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE e SPLIU decidiram manter as greves e as manifestações, dado o teor da última reunião negocial com o Ministério da Educação (ME), na qual se mantiveram alguns dos aspetos mais contestados do diploma de concursos. Ademais, o ME não aceitou calendarizar negociações sobre a recuperação do tempo de serviço, a eliminação das vagas e das quotas, a aprovação de um regime específico de aposentação, a regularização dos horários de trabalho ou a revisão urgente do regime de mobilidade por doença, entre outros assuntos. A esta situação, já de si negativa, juntou-se a tentativa de parar a luta dos professores com a imposição de serviços mínimos ilegais, luta que, no entanto, não parou.

Irresignados com os serviços mínimos, que consideraram ilegal, as organizações sindicais decidiram recorrer aos tribunais e cada organização apresentou uma ação cautelar (intimação ou providência), no sentido de tentar suspender a decisão; posteriormente, em conjunto, as 9 organizações avançarão com uma ação em tribunal para que estes serviços mínimos sejam declarados ilegais, tal como aconteceu em 2018.

2 E 3 MARÇO - GREVE AVANÇOU COM ADESÃO MÁSSIVA DOS PROFESSORES

Apesar da decisão do colégio arbitral de decretar “serviços mínimos” para as Greves, nada impediu uma massiva adesão aos protestos que decorreram a 2 de março, data em que foi decretada Greve dos Professores na zona norte, com incidência nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

De facto, foram muitos os professores e educadores que, mesmo em cumprimento dos “serviços mínimos”, aderiram aos protestos, comparecendo nas concentrações que tomaram lugar em frente aos estabelecimentos escolares, ao longo do dia e em determinados períodos (início dos períodos letivos e intervalos), tanto nos distritos mais a Norte e Centro no primeiro dia assim como depois no dia 3 de março com incidência nos distritos de Leiria, Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Lisboa, Setúbal, Beja, Évora e Faro.

Limitando-se ao estrito cumprimento dos serviços para que foram convocados, estes professores manifestaram a sua vontade de adesão à greve usando um autocolante que os identificava como estando nessa situação.

4 MARÇO - RUAS DE LISBOA E PORTO RECEBERAM NOVO PROTESTO DOS PROFESSORES

Depois de dois dias de greves, divididos a norte (2 de março com incidência nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra) e sul (3 de março em distritos de Leiria, Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Lisboa, Setúbal, Beja, Évora e Faro) cerca de 80 mil professores, divididos pelas duas maiores cidades portuguesas, voltaram a sair à rua pedindo respeito e valorização da sua profissão.

O protesto foi desta vez partilhado por Lisboa e Porto com ambas as manifestações a acontecerem à mesma hora e com denominador comum: o facto do Ministério da Educação não ter aceite calendarizar negociações sobre a recuperação do tempo de serviço, a eliminação das vagas e das quotas, a aprovação de um regime específico de aposentação, a regularização dos horários de trabalho ou a revisão urgente do regime de mobilidade por doença, além do desacordo relativo à vinculação de professores entre outros assuntos. A esta situação, já de si negativa, associou-se a tentativa de parar a luta dos professores com a imposição de serviços mínimos ilegais.

Foram milhares os professores que em Lisboa saíram do Rossio em desfile para a Assembleia da República e no Porto desde a Praça do Marquês até encherem a Avenida dos Aliados, mostrando a uma só voz a luta pela valorização e respeito pela sua profissão, que merecem respeito e reconhecimento pelo seu trabalho e que não desistem de reafirmar a esperança e a confiança de conseguir com que as nossas escolas sejam espaços de desenvolvimento profissional atrativos e aliciantes.

De facto, foram muitos os professores e educadores que, mesmo em cumprimento dos “serviços mínimos”, aderiram aos protestos, comparecendo nas concentrações que tomaram lugar em frente aos estabelecimentos escolares, ao longo do dia.

PORTO



LISBOA





MANUEL TEODÓSIO: «O MINISTRO ESTRAGA TUDO EM QUE MEXE»

Em Lisboa, Manuel Teodósio, Presidente do SPZC e Secretário-Nacional da FNE liderou a presença da Federação e no discurso final em frente ao Parlamento começou por comparar o atual Ministro da Educação "a Midas, da mitologia grega, mas ao contrário porque se Midas transformava tudo em que tocava em ouro, já o ministro estraga tudo onde mexe. Como no caso da Mobilidade por Doença em que mexeu e apesar de não ter esse nome, passou a ser um concurso. Portanto, estava melhor antes do que está agora. Agora temos uma negociação de vinculação de professores em que se vai perder uma oportunidade para combater a perda de professores".

Manuel Teodósio deixou ainda críticas sobre "a situação dos professores contratados, que tinham aqui uma expectativa legítima de ver os seus problemas resolvidos e o que lhes vai acontecer? vão ser metidos numa prisão. A isso dizemos não e não". Sobre as restantes matérias reivindicadas pela FNE "aquilo que temos ouvido de respostas do Ministério da Educação é zero a quase tudo. Nada avança. Desde a recuperação do tempo de serviço à mobilidade por doença ou das passagens aos 5º e 7º escalões. Zero vezes zero. Não pode ser. São precisas respostas para isto e para a questão dos professores da monodocência, por exemplo" ficando, a fechar, uma garantia: "não vamos parar, queremos a justiça merecida para a educação e para os professores".

JOÃO DIAS DA SILVA DEIXOU RECADO PARA O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Já no Porto as palavras finais aos professores contaram com a presença do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, que começou por lembrar que "as enormes greves que em todas as escolas por todo o país se realizaram, foram um sinal claro de que nem com serviços mínimos ilegais o Governo verga a nossa vontade. O Governo quer terminar a negociação do regime de concursos sem garantir que, para merecerem a nossa confiança, os concursos têm de ser justos e transparentes" acrescentando que "a última versão que o Governo apresentou continua a provocar distorções na lista graduada, desrespeitando assim a justiça relativa entre todos os candidatos e continua a impor um órgão inútil que só vem fazer falta de transparência para todo o processo. Assim, não, assim não há acordo", defendeu o líder da FNE. A recuperação do tempo de serviço não ficou fora do discurso de Dias da Silva, lançando questões ao governo: "Mas agora o Governo diz que está a fazer contas. Há sete anos que anda a fazer contas. Isto é um chumbo em termos de capacidade de resposta para os problemas que existem. É só agora que está a fazer contas para garantir a recuperação do tempo de serviço congelado? É só agora que está a fazer contas para que os professores tenham um regime de aposentação que respeite o desgaste que a profissão provoca? É só agora que está a fazer contas para substituir o modelo de avaliação cego e injusto que continua a impor para descaracterizar uma carreira que devia ser atrativa?", disse.

O discurso que fechou o protesto no Porto passou ainda pela burocracia, o número de alunos por turma, o envelhecimento dos professores, número de docentes nas escolas e formação garantida para estes profissionais, como João Dias da Silva a terminar com um recado direto para a Avenida Infante Santo em Lisboa (Sede do ME): "É por isso que se torna essencial valorizar os professores e dar-lhes condições para que sejam bons professores, com uma carreira dignificada e atrativa que faça com que eles gostem da profissão e continuem a trabalhar e para que os mais novos queiram ser professores. Para termos melhor educação, temos de respeitar os que cá estão".

«Mas agora o Governo diz que está a fazer contas. Há sete anos que anda a fazer contas. Isto é um chumbo em termos de capacidade de resposta para os problemas que existem. É só agora que está a fazer contas para garantir a recuperação do tempo de serviço congelado?»

João Dias da Silva

SEGUIU-SE NEGOCIAÇÃO SUPLEMENTAR E NOVAS INICIATIVAS DE LUTA

A plataforma sindical avançou então com pedido de reunião suplementar sobre o processo de concursos, mas antes foram divulgados em conferência de imprensa os resultados das respostas dos docentes ao inquérito promovido no âmbito dos Dias 4D e que decidiram o plano que daria continuidade à luta, no caso do ME continuar a não dar as respostas que os professores exigiam na reunião suplementar.

E para este encontro com o ME, os Sindicatos decidiram que existem seis aspetos que podem ser considerados como "linhas vermelhas" na procura por um acordo e que são:

- A questão da remuneração dos docentes contratados, de forma a que não os discrimine perante os colegas que são dos quadros;
- As ultrapassagens na vinculação de professores contratados;
- Restrições à mobilidade interna;
- A situação dos "horários-zero";
- A criação de Conselhos de Diretores;
- Insuficiência do desdobramento do Grupo de Recrutamento 530.

E sobre as respostas dos docentes ao inquérito dos Dias 4D, concluiu-se que participaram mais de 60 mil docentes com cerca de 32 mil respostas completas. Aquilo que mais é contestado é a questão dos QZP's, seguida das ultrapassagens. De realçar que relativamente à recuperação parcial do tempo de serviço, 30% rejeitou a hipótese, mas aproximadamente 70% aceita uma possível recuperação parcial do tempo congelado. Outros temas apontados pelos docentes como primordiais de resolução foram a burocracia, condições de trabalho, horários, número de alunos por turma, entre outras como a aposentação, a precariedade e a mobilidade por doença.

As sugestões dos professores de formas de luta a desenvolver nos tempos que se seguem, tiveram a seguinte ordem de respostas:

- 1 - Nova Greve por distritos;
- 2 - Greve às avaliações no 2º período;
- 3 - Manifestação Nacional;
- 4 - Greve de um dia;
- 5 - Greve por regiões;
- 6 - Greve a um ou dois tempos durante o dia de aulas;
- 7 - Greve por cada um dos 63 QZP's.

Ficou ainda decidido após esta reunião que iriam ser pedidas reuniões a todos as direções de partidos políticos, que seria entregue em tribunal uma ação sobre os serviços mínimos das greves de 2 e 3 de março, com os nove Sindicatos a avançarem ainda com queixas a instituições internacionais como a OIT, CSEE e Internacional da Educação, além de uma exposição dos vários problemas dos professores portugueses à Comissão e ao Parlamento Europeu.

De realçar que relativamente à recuperação parcial do tempo de serviço, 30% rejeitou a hipótese, mas aproximadamente 70% aceita uma possível recuperação parcial do tempo congelado.





REUNIÃO SUPLEMENTAR SOBRE CONCURSOS TERMINA SEM RESULTADOS E LUTA VAI PROSSEGUIR

A reunião suplementar contou com a presença de vários docentes em plenário em frente à sede do ME e em termos de resultados práticos nada foi alterado da parte do Ministério da Educação e por isso nada de positivo se obteve sendo que no final do encontro, a plataforma sindical onde a FNE se insere assumiu que não estão reunidas as condições para se assinar um acordo por via de muitas matérias e injustiças que afastam os sindicatos e a tutela.

Também nesta proposta de diploma não ficou estabelecido o respeito pela graduação profissional e tempo de serviço, o que vai levar a que se continue a assistir a ultrapassagens que já existiam e ainda a novas situações que foram criadas e que não ficaram resolvidas.

Estas medidas ficaram aquém do que estava em cima da mesa pois não houve referência à mobilidade por doença, com a FNE pela terceira vez consecutiva a FNE a colocar essa questão já relativamente ao próximo ano letivo, com a resposta a ser um silêncio total. A recuperação de tempo de serviço foi tema sem calendarização, as vagas e quotas dos 5º e 7º escalões sem referência também. Ou seja, as situações que mais mal-estar provocam nos professores, não têm disponibilidade do Ministro para negociar.

Sem chegar a acordo com a tutela, a FNE e restantes sindicatos tomaram a decisão de prosseguir com a luta.



SINDICATOS DE PROFESSORES ANUNCIAM GREVE ÀS AVALIAÇÕES FINAIS E AO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

E a 13 de março os nove Sindicatos de Professores, reunidos em convergência, anunciaram a "agenda reivindicativa" para os próximos meses, em que os professores e educadores não vão desistir de exigir que o Ministério da Educação aceite calendarizar a negociação de matérias como a recuperação do tempo de serviço que esteve congelado, a eliminação de vagas e quotas para progressão, o regime de mobilidade por doença, a eliminação de burocracia e o respeito pelos horários de trabalho, entre outras.

A recuperação de tempo de serviço foi tema sem calendarização, as vagas e quotas dos 5º e 7º escalões sem referência também. Ou seja, as situações que mais mal-estar provocam nos professores, não têm disponibilidade do Ministro para negociar.



Numa conferência de imprensa realizada na Escola Secundária António Sérgio, em Vila Nova de Gaia, os Sindicatos garantiram que os professores “não se vão deixar calar” e adiantaram que vão apresentar uma proposta negocial para “forçar o Ministério da Educação” a negociar já a pensar em 2024.

Eis as iniciativas anunciadas:

- Greve a todo o serviço extraordinário, com início em 27 de março de 2023;
- Greve a todo o serviço imposto fora do horário de trabalho ou em componente letiva indevida (sobretalho), com início em 27 de março de 2023;
- Greve a toda a atividade atribuída no âmbito da componente não letiva de estabelecimento (CNLE), com início em 27 de março de 2023;
- Greve ao último tempo letivo diário de cada docente, com início em 27 de março de 2023;
- Greve por distrito, entre 17 de abril e 12 de maio, começando no Porto, terminando em Lisboa e respeitando, entre o segundo e o penúltimo dia, a ordem alfabética inversa;
- Greve e Manifestação Nacional em 6 de junho de 2023 (6-6-23, o tempo de serviço ainda não recuperado do total que esteve congelado);
- Greve às avaliações finais (embora prevista a possibilidade de serem decretados serviços mínimos, a sua imposição em 2018 levou o Tribunal da Relação de Lisboa a declará-los ilegais).

Para além destas formas de luta, serão desenvolvidas outras ações:

- Entrega de ação, no Tribunal da Relação de Lisboa, contra os serviços mínimos decretados para a as greves de 2 e 3 de março, p.p.;
- Pedido de reuniões às direções dos partidos políticos, aos quais serão colocadas as questões relativas à situação socioprofissional dos docentes, bem como às limitações impostas ao direito à greve; nestas reuniões será solicitado o desenvolvimento de diligências junto do governo, no Parlamento Português e no Parlamento Europeu, neste caso junto dos partidos com representação parlamentar em Estrasburgo;
- Pedido de reunião à Comissão Europeia, através da Representação em Lisboa, à qual será apresentada queixa pelas limitações impostas ao direito à greve e a aspetos concretos violadores de diretivas comunitárias, designadamente quando são criadas situações de discriminação entre trabalhadores, no caso, docentes;
- Apresentação de queixas contra o governo português, junto da OIT, Internacional de Educação e Comité Sindical Europeu de Educação, por limitação do direito à greve por parte dos educadores e professores.

Os Sindicatos garantiram que os professores “não se vão deixar calar” e adiantaram que vão apresentar uma proposta negocial para “forçar o Ministério da Educação” a negociar já a pensar em 2024.

FNE OUVIU PROPOSTA DO ME «QUE NÃO CORRIGE ASSIMETRIAS»

A 22 março a FNE esteve no Ministério da Educação (ME), para uma reunião convocada pela tutela, na qual foram apresentadas propostas para um conjunto de matérias.

A FNE considerou que a proposta apresentada pela tutela para corrigir assimetrias decorrentes do congelamento da carreira é insuficiente e acaba por criar outras desigualdades.

O Ministério da Educação propôs a isenção de vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões para os docentes em funções desde 2005 e afetados pelos dois períodos de congelamento da carreira, bem como a recuperação do tempo em que ficaram a aguardar vaga no 4.º e 6.º escalões a partir do ano de descongelamento, em 2018.

À saída do encontro, a FNE defendeu que as medidas são insuficientes e alertou que, desta forma, a tutela cria novas assimetrias ao tentar corrigir aquelas que decorrem do período de congelamento da carreira docente, entre 2005 e 2007 e depois entre 2011 e 2017.

Ficou sublinhado pela Federação junto do Ministério da Educação que a contabilização dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo de serviço que não foi contabilizado, mas que foi trabalhado pelos professores é algo de que não abdicamos. A FNE considera equacionar alguma forma mais adequada tendo em conta a disponibilidade financeira, mas nunca aceitando que esse tempo não seja integralmente contabilizado.

Sobre o tema da monodocência, foi assumido pela parte da tutela, que até final da próxima semana serão enviadas propostas concretas sobre esta matéria, para que os sindicatos a possam analisar e permitir que na reunião negocial, agendada para o dia 5 de abril sejam debatidos os contributos dos sindicatos relativos ao que for proposto.

A burocracia nas escolas foi também debatida neste encontro e o ME assumiu uma tentativa de envolvimento de organizações externas que possam permitir encontrar tudo o que leva às queixas dos docentes nos processos burocráticos nas escolas, mas também envolver as organizações sindicais nesses contributos para eliminar esses pontos.

Foi ainda abordada a questão dos vínculos, da precariedade e das remunerações derivadas do recurso à contratação a termo de muitos professores contratados e que o ME não conseguiu encontrar a melhor solução, para a sua resolução, através do diploma de concursos que apresentou nas negociações aos sindicatos e que foi recentemente aprovado em Conselho de Ministros.

Por fim a FNE lembrou o ME das propostas que lhe foram apresentadas de Calendário/Memorando Negocial com a identificação das matérias a carecer de alterações urgentes e importantes para a preparação atempada e organização do próximo ano letivo das quais destacamos a alteração da Mobilidade por Doença.

A FNE aguarda agora as propostas concretas que o Ministério da Educação assumiu enviar, para as poder debater e preparar convenientemente a reunião negocial a realizar no dia 5 de abril.

Ficou sublinhado junto do ME que a contabilização dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo de serviço que não foi contabilizado é algo de que a FNE não abdica.





REPRESENTANTE DA COMISSÃO EUROPEIA OUVIU DENÚNCIAS DE «ATROPELOS AO DIREITO À GREVE»

Na Representação da Comissão Europeia (UE) em Lisboa, a FNE levou a denúncia do que têm sido os atropelos ao direito à greve, aquilo que os serviços mínimos - ilegais, no entender da FNE - impostos pelo ME estão a fazer de mal às escolas, à sociedade e à democracia.

A FNE e restantes sindicatos vão fazer chegar, entretanto toda a documentação que já foi entregue à Procuradoria-Geral da República (PGR), à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Inspeção Geral da Educação no sentido de reforçar o que foi hoje dito neste encontro na busca por uma resposta da parte da Comissão Europeia sobre o assunto.

FINAL DE MARÇO E INÍCIO DE ABRIL MARCADÓ POR GREVES

A plataforma de nove sindicatos cumpriu o que estabeleceu como uma das formas de luta seguintes e avançou com pré avisos de greves para:

- todo o serviço extraordinário (27 a 31 março de 2023 e 3 a 6 de abril de 2023)
- ao sobretrabalho (27 a 31 março de 2023)
- à Componente Não Letiva de estabelecimento do horário de cada docente (de 27 a 31 março; de 3 a 6 março e de 10 a 14 abril 2023)
- ao último tempo letivo do horário de cada docente (27 a 31 março de 2023)

A FNE aguarda agora as propostas concretas que o Ministério da Educação assumiu enviar, para as poder debater e preparar convenientemente a reunião negocial a realizar no dia 5 de abril.



VALORIZAR A PROFISSÃO DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA

a partir de ~~XX~~ de março a partir de **29** de março

- **GREVE** a todo o serviço extraordinário
- **GREVE** a todo o serviço imposto fora do horário de trabalho ou em componente letiva indevida (sobretabalho)
- **GREVE** a toda a atividade atribuída no âmbito da componente não letiva de estabelecimento
- **GREVE** ao último tempo letivo diário de cada docente

17 de abril a 12 de maio

- **GREVE POR DISTRITOS:** Porto, Viseu, Vila Real, Viana do Castelo, Setúbal, Santarém, Portalegre, Leiria, Guarda, Faro, Évora, Coimbra, Castelo Branco, Beja, Bragança, Braga, Aveiro, Lisboa

6 de junho

- **GREVE E MANIFESTAÇÃO NACIONAL**

6-6-23, tempo de serviço ainda não recuperado do total que esteve congelado

GREVE ÀS AVALIAÇÕES FINAIS

**A LUTA
CONTINUA
NAS ESCOLAS
E NA RUA**

BANDEIRA "MELHORAR A EDUCAÇÃO? TRATEM BEM OS QUE CÁ ESTÃO!" PERCORRE ESCOLAS DO PAÍS ATÉ 20 DE ABRIL

A bandeira "Melhorar a Educação? Tratem bem os que cá estão!" é uma iniciativa da FNE com os seus Sindicatos de Docentes que vai circular por escolas de Portugal Continental para receber assinaturas de profissionais da educação indignados com a ausência de valorização da profissão e de respostas do Ministério da Educação às suas reivindicações.

Agora que esta ação está a terminar a sua passagem pela zona Norte, através do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) que recolheu centenas de assinaturas, fique a conhecer as próximas datas desta iniciativa:

- 14 a 31 de março, através do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC) a bandeira vai percorrer várias escolas da região centro.

- Entre 20 e 30 de março: realização da ação pelo Sindicato Democrático dos Professores do Sul (SDPSul)



- Dias 17, 18 e 19 de abril: a bandeira passa por escolas de Lisboa e do resto do país a sul através do apoio do Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo (SDPGL) e do SDPSul.

A FNE vai terminar esta iniciativa com uma ação de rua, a realizar em Évora, na Praça do Sertório, no dia 20 de abril, com a presença da bandeira para mais assinaturas e intervenções de dirigentes da FNE.

No dia seguinte, 21 de abril, a FNE finalizará esta ação com uma concentração em frente à Residência Oficial do Primeiro-Ministro, pelas 11h.



A FNE vai terminar esta iniciativa com uma ação de rua, a realizar em Évora, na Praça do Sertório, no dia 20 de abril, com a presença da bandeira para mais assinaturas e intervenções de dirigentes da FNE.



FNE E SINDICATOS DA UGT CELEBRARAM O PRIMEIRO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO PARA AS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS



Para a FNE, para todos os seus sindicatos e para todo o conjunto alargado de sindicatos que constituem uma frente muito representativa de trabalhadores ligados a esta área da economia social, representa um acordo histórico.

A FNE, que congrega dez sindicatos de professores e de pessoal de Apoio Educativo e um conjunto alargado de sindicatos da UGT, depois de largos meses de negociação, assinou a 14 de março, com a União das Misericórdias Portuguesas o primeiro Contrato Coletivo de Trabalho que abrange cerca de 280 mil trabalhadores docentes e não docentes ao serviço das Misericórdias Portuguesas.

Para a FNE, para todos os seus sindicatos e para todo o conjunto alargado de sindicatos que constituem uma frente muito representativa de trabalhadores ligados a esta área da economia social, representa um acordo histórico.

Este Acordo coloca um ponto final ao hiato negocial de mais de uma década para a regulação das condições de trabalho das Misericórdias Portuguesas, constituindo assim um ponto de partida importante para os trabalhadores deste setor para dignificar as suas condições de trabalho e um maior reconhecimento das suas carreiras.

A FNE e os sindicatos da UGT reconhecem que não foi o acordo que desejaríamos obter neste processo negocial, mas foi um acordo que marca um ponto de viragem histórico que permite a partir daqui valorizar este importante segmento da economia social, salientando que este primeiro Contrato Coletivo incidirá apenas para os meses de novembro e dezembro de 2022 e respetivo subsídio de Natal.

No entanto, este Acordo celebrado entre a FNE e os sindicatos da UGT, colocou uma regra importantíssima no Contrato Coletivo e que obriga as partes signatárias a iniciarem, desde já, um processo negocial de revisão deste primeiro instrumento coletivo de trabalho que tenha em conta toda a nova realidade salarial de 2023 e a revisão de outros aspetos relacionados com as condições de trabalho quer dos educadores e professores, quer do restante pessoal com outras funções nas Misericórdias Portuguesas.

Para que este processo de revisão tenha aplicação prática o presente Contrato Coletivo agora assinado prevê que o prazo de vigência, quer das tabelas salariais, quer de todo o clausulado tenha apenas uma vigência de 6 meses. Esta norma vai exigir um rápido trabalho de melhoria deste primeiro instrumento de regulação coletiva para os trabalhadores das Misericórdias Portuguesas.

Ficou acordado entre os sindicatos da UGT e a Direção da União das Misericórdias Portuguesas requerer, em simultâneo, uma Portaria de Extensão desta Convenção Coletiva de forma a que todos os trabalhadores do setor das Misericórdi-

as fiquem abrangidos pela Convenção agora acordada. Esta é uma forma de regulação objetiva das condições de trabalho de todo um setor ligado às Misericórdias.

Na intervenção final do ato de assinatura do acordo, o Coordenador da Frente Sindical da UGT, José Ricardo Coelho, mostrou-se disponível para integrar uma frente reivindicativa alargada entre os sindicatos da UGT e as Misericórdias para aprofundar um diálogo exigente que exija do Governo uma nova forma de olhar para todo o setor da economia social em Portugal, sob pena de se estar a condenar a curto prazo a continuidade e a própria existência de centenas de unidades do setor social.

É uma realidade que o Governo tem que resolver rapidamente, dotando o setor social de melhores apoios e que tenham também uma direção direta para os salários dos trabalhadores. Se isto não acontecer o setor social vai sofrer o drama de baixos salários, de trabalhadores pouco qualificados e sem atratividade de recrutamento de novos trabalhadores.

Para que este processo de revisão tenha aplicação prática o presente Contrato Coletivo agora assinado prevê que o prazo de vigência, quer das tabelas salariais, quer de todo o clausulado tenha apenas uma vigência de 6 meses.





ASSINADO ACORDO DE REVISÃO DO CCT COM AS MUTUALIDADES

A cerimónia pública ocorreu, dia 23 de março de 2023, em Esmoriz, após quatro meses de negociação coordenada pelo Vice-Secretário-Geral da FNE e Secretário Nacional da UGT, José Ricardo Coelho.

José Ricardo Coelho no seu discurso que decorreu durante a cerimónia da assinatura do Acordo salientou “as dificuldades que estiveram presentes até ao resultado final do acordo, mas que são próprias de um processo onde se cruzam, por um lado, com os interesses das entidades patronais sejam elas de cariz associativo ou empresarial e, por outro lado, as dificuldades que surgem do lado de quem representa os trabalhadores. Frisou que o importante é que o resultado final acomode almofadas suficientes de confiança e de conforto para justificar aos seus associados de ambas as partes envolvidas o produto final que resultou em acordo”.

O dirigente sindical da FNE e da UGT sublinhou ainda “que esta negociação se desenvolveu num contexto político e económico complexo marcado por uma guerra que inesperadamente assolou a Europa e o mundo, que acionou outros problemas como o galopante aumento da inflação e aumento das taxas e juro com consequência brutais para a economia das famílias e das empresas. Foi neste contexto difícil que se realizou esta negociação, mas com uma vontade enorme de encontrar soluções que permitissem o equilíbrio dos interesses da União das Mutualidades Portuguesas e das suas organizações e o interesse dos trabalhadores representados pelos seus sindicatos da UGT”.

José Ricardo acrescentou também que houve uma preocupação presente nesta negociação e neste acordo, que foi atender a maiores valoriza-

ções salariais dos trabalhadores com salários mais baixos e aumentos mais modestos para salários que, achamos nós, possam suportar melhor este momento de crise inflacionista. E, dentro deste quadro referencial da política de aumentos salariais quisemos, também, dar cumprimento ao referencial de aumento salarial que foi decidido no âmbito do Acordo Tripartido de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade celebrado entre a UGT e os parceiros sociais em outubro de 2022.

O Coordenador da Frente de Sindicatos da UGT e Vice-Secretário-Geral da FNE terminou afirmando que “a concertação social só funciona se existirem relações de confiança e de compromisso, e é com base nestas duas premissas que, do nosso ponto de vista, os trabalhadores e a sociedade em geral podem aspirar, a padrões de desenvolvimento social e económico mais elevados. Para nós, sindicatos da UGT, o estabelecimento de padrões de confiança e de compromisso construídos de forma séria e de boa fé são a única via, para que uma sociedade possa sonhar com melhores condições de trabalho, melhores condições de vida, e em melhores condições de um exercício pleno da sua liberdade individual e coletiva”.

Por último interveio o Secretário Nacional da FNE e Secretário-Geral Adjunto da UGT, José Manuel Cordeiro, enfatizando os valores do sindicalismo pelos quais se guiam a UGT e todos os seus sindicatos, valores estes que estão sempre presentes na negociação coletiva e constituem pilares estruturantes da valorização da negociação coletiva e da valorização do trabalho e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores portuguesas.

José Ricardo afirmou que houve uma preocupação presente nesta negociação e neste acordo, que foi atender a maiores valorizações salariais dos trabalhadores com salários mais baixos.

SPCL REUNIU COM O SECP, PAULO CAFÔFO, NA ALEMANHA: «PROMESSAS, ESPEREMOS QUE PARA CUMPRIR»

No passado dia 28 de fevereiro, pelas 10h45, teve lugar nas dependências da Embaixada de Portugal em Berlim, uma reunião entre a Secretária-Geral do SPCL, Maria Teresa Duarte Soares e o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), Dr. Paulo Cafôfo.

Foi apresentado pelo SPCL um documento onde se encontravam elencados os problemas com que os docentes do Ensino do Português no Estrangeiro se debatem, desde a falta de Quadro no sistema, prioridade inferior nos concursos em Portugal, congelamento de carreira onde a mesma não existe e o muito preocupante factor da inexistência de tabelas salariais no EPE, onde há apenas dois grupos remuneratórios, terminando nos 15 anos de serviço, problemas que se arrastam há vários anos sem solução, visto que a mesma passa pela revisão do Regime Jurídico do

EPE, que desde 2019 o SPCL tem vindo a propor, sem reação da tutela.

O SECP concordou que a citada revisão era de facto urgente, comprometendo-se a iniciar negociações com os representantes sindicais logo que tomasse posse o novo presidente do Instituto Camões, dado o atual ter apresentado a sua demissão.

Tendo o SPCL apresentado ainda os problemas salariais dos professores fora da zona euro, que são unicamente remunerados em Portugal, assim como a discriminação sofrida por professoras do EPE aposentadas, a quem foi negado complemento de pensão sob o falso pretexto de não residirem em Portugal, o SECP mostrou compreensão, renovando a promessa de negociação assim que as condições o permitam.

O SECP concordou que a citada revisão era de facto urgente, comprometendo-se a iniciar negociações com os representantes sindicais logo que tomasse posse o novo presidente do Instituto Camões, dado o atual ter apresentado a sua demissão.



21
Março
2023

Dia Mundial
da *Árvore* e da Floresta



Plantar no presente para colher no futuro



entrevista



JOÃO DIAS DA SILVA

Secretário-Geral da FNE

JOÃO DIAS DA SILVA, EM VÉSPERAS DE PASSAR O TESTEMUNHO:

QUALQUER MODELO PERMITE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Secretário-Geral (SG) da FNE desde 2004, João Dias da Silva prepara-se para deixar a liderança no XIII Congresso de maio, em Aveiro. Na primeira parte desta entrevista, recorda a sua entrada na profissão, a vida de relacionamentos na escola e a influência de Manuela Teixeira e Luís de Melo. João Dias da Silva lembra que a FNE foi a única subscritora do Estatuto da Carreira Docente, recorda a importância do ISET para docentes e não docentes e acentua que qualquer avaliação de desempenho deve servir para melhorar as práticas. Ao passar em revista a sua experiência em órgãos de administração escolar, o SG da FNE não tem dúvidas de que qualquer modelo permite uma gestão democrática.

JORNAL FNE (JF) - AINDA SE LEMBRA DE QUEM O SINDICALIZOU NO SPZN EM 1974?

JOÃO DIAS DA SILVA (JDS) - Eu creio que foi na escola. O delegado sindical que lá estava deu-me os papéis para me sindicalizar. Isto foi logo em 1975 quando iniciei funções, pouco depois do mês de janeiro, na Escola Comercial e Industrial de Ovar.

JF - QUE EXPERIÊNCIAS MAIS O MARCARAM COMO PROFESSOR DO ENSINO SECUNDÁRIO?

JDS - Tantas, tantas...tive experiências fortíssimas com alunos. A minha primeira experiência profissional foi na Escola em Ovar. Não foi com alunos do ensino secundário, mas com alunos dos cursos noturnos. Nessa altura eu era o mais novo dentro da sala de aula e foi extremamente enriquecedor do ponto de vista de humano para um jovem como eu era naquela fase, ainda não tinha acabado o curso, mas fui chamado para dar algumas aulas nesse curso à noite. E foi muito interessante a forma como os alunos me receberam e encaminharam, assim como o trabalho que desenvolvemos. Eram adultos, a trabalhar com extremas dificuldades e foi uma experiência rica.

Mais tarde, trabalhando no então Liceu Nacional de Matosinhos, tive experiências encantadoras com alunos do ensino secundário, antigamente 6º e 7º ano dos cursos complementares e alunos trabalhadores, empenhados, num trabalho forte, intenso, muito exigente. Essas foram - talvez

por ainda estar a começar a carreira - das situações enquanto profissional que mais me marcaram. Depois mais adiante na vida, aconteceu ir num transporte público e encontrar alguém que eu não reconhecia, e que tinha sido meu aluno; e que se recordava de mim e com quem eu conversava sobre episódios da vida na escola. Foi sempre um tempo muito rico de relações humanas, porque a vida de um professor é feita de relacionamentos.

JF - E COMO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO E DE COMISSÕES INSTALADORAS?

JDS - Já estava envolvido no sindicato, já tinha sido delegado sindical. Também pouco depois no Liceu de Matosinhos fui delegado sindical, depois de ter terminado o estágio e feito a efetivação, fui Presidente do Conselho Diretivo, estive na Comissão Instaladora da Escola Secundária de Rio Tinto, depois novamente Presidente do Conselho Diretivo dessa mesma escola. A atividade sindical era a que era possível fazer. Entretanto tinha sido convidado para integrar a direção do Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN), no setor do Ensino Básico e Secundário, para fazermos algum trabalho de reflexão, da aplicação da legislação que estava a ser publicada e, portanto, isso era um tempo complementar de participação desse grupo mais especializado de apoio à direção. Só depois é que passei a integrar a direção e mais tarde a tempo inteiro nesse órgão do sindicato.

"Foi sempre um tempo muito rico de relações humanas, porque a vida de um professor é feita de relacionamentos".



A OPÇÃO PELO SINDICALISMO DEMOCRÁTICO

JF - A GESTÃO DAS ESCOLAS ERA ENTÃO MAIS DEMOCRÁTICA?

JDS - É difícil comparar as circunstâncias que vivemos na altura. Fui Presidente de uma escola pequena, a Secundária de Paredes. E aí nessa escola havia um número reduzido de alunos e professores e a partilha era muito grande e quotidiana. Havia possibilidade de fazer um trabalho sistemático de partilha de opiniões e de envolvimento dos encarregados de educação. Desde sempre nas escolas em que estive membro do Conselho Diretivo houve sempre a preocupação de fazer um trabalho de articulação com as associações de pais nas escolas. Às vezes até ajudávamos as associações de pais a terem condições para agir e intervir e também fomentando a intervenção dos alunos.

Logo que estive a trabalhar numa escola que tinha alunos do ensino secundário, e que podiam intervir no Conselho Diretivo, procurei imediatamente fazer com que houvesse a intervenção de alunos e a possibilidade de ouvirmos os delegados de turma. A democracia constrói-se no dia a dia do funcionamento das escolas. E em qualquer modelo é possível operacionalizar uma gestão democrática.



JF - COMEÇOU O SEU PERCURSO SINDICAL NO SPZN, FOI VICE-PRESIDENTE E PRESIDENTE DA DIREÇÃO. QUAIS FORAM OS MAIORES ENSINAMENTOS QUE RETIROU DESSA EXPERIÊNCIA?

JDS - Tive a oportunidade quer como membro do sindicato, assim como do secretariado nacional da FNE, de ter trabalhado diretamente com Manuela Teixeira, que é uma referência no mundo sindical. Mas também com outras pessoas, como o Luís de Melo. Foram duas personalidades marcantes pela forma como encaravam a ação sindical, descomprometida de outros interesses que não fossem exclusivamente os trabalhadores, os docentes para os quais trabalhávamos. E essa visão permanente de preocupação com as pessoas e os ensinamentos no sentido que o sindicato tivesse uma intensidade de vida democrática muito forte, de por todos os meios, mesmo em coisas rituais como estatutos ou regulamentos, ter de ser a preocupação da democracia interna, apostar na proximidade com os sócios, eram lições permanentes quer da Manuela Teixeira, quer do Luís de Melo que me marcaram sempre.

Não há possibilidade de ter um trabalho sindical completo que não seja através de uma vivência democrática interna muito forte e de uma proximidade direta dia a dia com as pessoas nos seus locais de trabalho.

JF - COMO FOI VIVER A TENSÃO ENTRE O SINDICALISMO LIVRE DO SPZN E O DESEJO DE OUTROS POR UMA UNICIDADE SINDICAL?

JDS - Nessa altura tinha uma intervenção reduzida no sindicato. Estava ainda numa altura de trabalho na escola, muito intenso e não participei nesse momento. Estive em algumas Assembleias Gerais complexas e percebi nessa altura que havia realmente dois modelos em confronto. Eu optei por apoiar uma das vias – o sindicalismo democrático.

"Tive a felicidade de trabalhar com a Manuela Teixeira e o Luís de Melo. Foram duas personalidades marcantes pela forma como encaravam a ação sindical, descomprometida de outros interesses que não fossem exclusivamente os trabalhadores, os docentes para os quais trabalhávamos".

SÓ A FNE SUBSCREVEU O ECD

JF - EM 1990 FOI APROVADA A CARREIRA ÚNICA, COM A MARCA DISTINTIVA DA FNE. QUE MUDANÇAS IMPRIMIU NA PROFISSÃO DOCENTE E NA VIDA DOS EDUCADORES E PROFESSORES?

JDS - A Carreira Única não se esgota no estabelecimento dessa Carreira. A Carreira Única integra uma aposta muito grande na elevação das qualidades de qualificações dos professores de qualquer nível de ensino e educadores de infância. Uma aposta muito forte na formação inicial, contínua, na aquisição de novas formações posteriores. Este exercício de aposta na elevação da qualificação dos professores foi uma aventura portuguesa, mesmo em relação a outros países europeus, por esta tão elevada exigência de qualificação. Para quem trabalhava na educação foi uma aposta fundamental, para que se percebesse que qualquer grupo de alunos com quem se trabalha, sejam crianças ou jovens, é sempre preciso ter na base uma formação científica e pedagógica de grande exigência. E este foi um pressuposto essencial para se trabalhar para a Carreira Única.

Também pela aposta no estabelecimento de que na profissão tem de haver um mecanismo de avaliação de desempenho e que não se pode apenas progredir por tempo de serviço. E que é preciso ter mecanismos de avaliação de desempenho que sirvam para melhorar as práticas, que haja a possibilidade de, ao longo do seu percurso profissional, o professor pôr-se em causa e trabalhar com os seus colegas, no sentido de melhorar as suas práticas. Ter uma avaliação permanente sobre essas práticas no sentido de as melhorar. Estas foram duas conquistas que

não foram apenas a designação da Carreira Única, o mesmo percurso de entrada e saída da carreira, mas que tem estes dois fatores: elevado nível de qualificação inicial, aposta na formação contínua, crescimento das qualificações e depois avaliação para melhoria das práticas.

JF - O QUE MUDOU NAS NEGOCIAÇÕES DA TUTELA COM SINDICATOS COM A CRIAÇÃO DA FNE EM 1982, ENTÃO DENOMINADA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE PROFESSORES - FNSP?

JDS - Essa época foi extremamente rica, particularmente a partir de 1982. É preciso ver que em 1986 é aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo, que impôs o estabelecimento de um conjunto vasto de regulamentos, de consequências daquilo que estava estabelecido em termos gerais, e depois era preciso operacionalizar ao nível curricular, da gestão das escolas, dos estatutos de carreira. Todo esse tempo foi muito forte de debate interno nas escolas, promovido pelo SPZN. A nossa Presidente, Manuela Teixeira, fazia parte da Comissão de Reforma e isso dava-lhe acesso à participação nos momentos-chave de decisão dos documentos fundamentais de reforma do sistema educativo. E isso trazia-nos a proximidade em relação a tudo o que era debatido tanto no âmbito do SPZN, como da então FNSP, com um grande envolvimento e trabalho dos professores, depois também dos trabalhadores não docentes.

Foi um tempo muito rico do ponto de vista sindical, de muitos ganhos, e em que houve a possibilidade de afirmação da Carreira Docente, que ganhou uma grande relevância. Houve aqui claramente uma intervenção muito forte do movimento sindical da FNSP e seus Sindicatos.

"A Carreira Única não se esgota no estabelecimento dessa Carreira pois integra uma aposta muito grande na elevação das qualidades de qualificações dos professores de qualquer nível de ensino e educadores de infância".



JF – EM 1989 FOI APROVADO O ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE (ECD). QUE SINDICATOS DERAM O SIM AO ECD E QUEM O REPROVOU?

JDS - Foi a FNSP que o aprovou e que fez o acordo. É preciso termos em linha de conta que o ECD foi aprovado depois de um outro processo muito importante que foi o estabelecimento do novo Regime Remuneratório da Administração Pública. Foi aí que se estabeleceu a paridade de topo de carreira dos professores e da carreira técnica superior. Isso foi possível no quadro de um acordo que determinou um regime de transição para o 8º escalão, que só a FNSP subscreveu e que foi a chave que permitiu a grande elevação salarial que ocorreu nessa altura. Para os docentes teve como base a aposta da FNSP nessa carreira com mais exigências, mas que também tinha um estatuto remuneratório mais elevado. Só depois daí é que se parte para o ECD. E aí também depois de muitas lutas, muitas greves, é que se conduziu a que a FNSP tenha sido a única subscritora da afirmação do estabelecimento deste estatuto.

JF – FOI UMA LUTA DURA...

JDS - Muito dura, com muitas greves e que não se esgotou aí, porque o princípio da Carreira Única precisava de outras consequências que, estando previstas no ECD, necessitavam de regulamentação. E os Governos a partir daí tiveram alguma resistência em corporizar integralmente aquilo que eram os mecanismos da Carreira Única, nomeadamente os efeitos da aquisição de acréscimos de formação para o desenvolvimento profissional. Essa resistência dos Governos à plena aplicação/operacionalização do que era o ECD só aconteceu mais tarde, com regulamentações que também foram muito exigentes, com greves e manifestações, em que a própria FNE na altura chegou a ir para a rua com um protesto em Lisboa.

INTEGRAR OS STAAES FOI UM GRANDE GANHOS

JF - QUE DESAFIOS TROUXE A INTEGRAÇÃO DOS TRÊS SINDICATOS DE TRABALHADORES NÃO DOCENTES (TND) NA FNE?

JDS - Foi um percurso extremamente rico, porque a perspetiva da FNE era que a Federação devia também integrar os Sindicatos representativos dos trabalhadores não docentes. É uma decisão relevante e que significava que era importante dar a importância a estes trabalhadores, que têm grandes responsabilidades na vida interna da escola. Só por si a integração destes

Sindicatos foi um ganho muito grande, sobretudo porque eles foram construídos com a perspetiva de um regime jurídico especial, que acabou por acontecer em 1999. Foi estabelecido por legislação um regime jurídico que também exigia para estes trabalhadores um elevado nível de qualificação inicial e uma aposta na formação contínua.

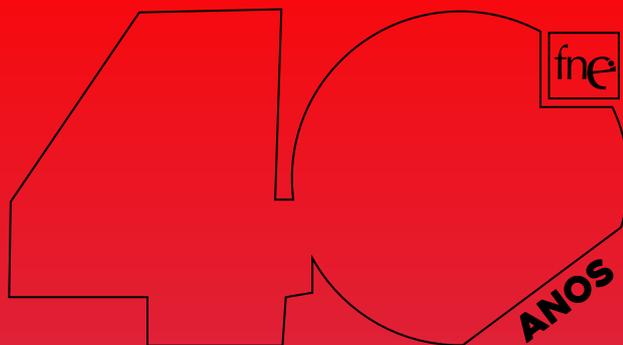
Queríamos que os não docentes tivessem pelo menos o 12º ano de escolaridade e que os que não tivessem este nível pudessem ter acesso rápido a formação para o concretizar. Tínhamos também um quadro de conteúdos funcionais muito claro relativo ao que eram as exigências e responsabilidades destes trabalhadores na vida da escola. Foi um percurso rico, com um ganho muito forte para estes trabalhadores, pese embora em 2004 o Governo ter cessado o efeito deste Decreto-Lei.

JF - QUE PAPEL TEVE O ISET NA PROMOÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DOS NÃO DOCENTES?

JDS - Teve um papel importantíssimo. Primeiro naquilo que foi a preparação dos professores para o que eram os desafios com que se deparavam para realizarem a transição para o 8º escalão. Relativamente aos documentos que eles precisavam de apresentar começaram por ser preparados no âmbito desta entidade, sendo um esforço que fazíamos juntos dos professores para que todos pudessem construir os documentos que eram indispensáveis para essa transição. Depois foram criados cursos de formação, de qualificação para a administração escolar, na convicção de que os desempenhos de determinadas funções na escola deviam estar suportados em formação acrescida. Fez-se uma aposta muito forte no crescimento de qualificações de professores, na linha do que outras instituições superiores públicas e privadas fizeram.

O ISET não esteve sozinho. Foi uma das entidades - esta com carácter sindical - e com uma oferta formativa completamente diferente das outras, fora daquela lógica escolar tradicional precisamente para que os professores pudessem frequentar estas formações para a obtenção destas qualificações. O quadro tradicional escolar de outras entidades não tinha em conta o que eram as condições de trabalho, os horários, as responsabilidades dentro das escolas dos professores e, portanto, o ISET organizou a oferta formativa de acordo com a realidade dos professores, disponibilizando essa formação nos momentos em que a podia realizar.

"(No ISET) foram criados cursos de formação, de qualificação para a administração escolar, na convicção de que os desempenhos de determinadas funções na escola deviam estar suportados em formação acrescida".



UMA AVALIAÇÃO ECONOMICISTA

JF - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUA A SER VITAL PARA OS TRABALHADORES NÃO DOCENTES (TND). QUE SOLUÇÕES APONTA PARA ESTES TRABALHADORES?

JDS - Continuamos a apostar naquilo que nos moveu logo no final dos anos 90. Não podemos continuar a pensar que estes trabalhadores podem estar na escola não lhes sendo exigida uma qualificação inicial elevada. É preciso trabalhar no sentido do crescimento da qualificação inicial destes trabalhadores, garantir ao que lá estão mecanismos para aumentarem essas qualificações. Mas também temos que lhes disponibilizar formações especializadas para aquilo que têm de ter na escola, para a forma como se relacionam com os alunos, para a forma como podem atuar em alguns comportamentos escolares, na exigência da escola. Quanto a isso é preciso formação contínua que seja realizada não por cima do seu tempo de trabalho, mas em vez disso tal como acontece em todas as outras profissões que têm dispensas para formação que é obrigatória.

JF - AS CARREIRAS ESPECIAIS E OS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS SÃO O GRANDE OBJETIVO REIVINDICATIVO DOS TND. CONFIAM NA SUA REALIZAÇÃO NOS PRÓXIMOS ANOS?

JDS - Todas as pessoas com quem falamos estão de acordo connosco no sentido de ser preciso inventariar o que são as responsabilidades especiais de quem está em contacto com os alunos e que sendo não docente essas responsabilidades são específicas e esses trabalhadores não podem ser substituídos por outros que, tendo a mesma categoria profissional, não têm os mesmos conhecimentos e competências. Por isso é preciso reconhecer que há um quadro de conteúdos funcionais que são específicos de quem está a trabalhar com alunos nas escolas. E que não se pode obrigar as pessoas a sair das escolas para outro serviço ou pedir o contrário a outros.

JF - O SIADAP IMPÔS-SE COMO MAIS UM GRANDE INSTRUMENTO ECONOMICISTA NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS TND. DEFENDE UMA RECAUCHUTAGEM MAIS VALORIZADORA DO MODELO OU UM MODELO DE AVALIAÇÃO COMPLETAMENTE NOVO?

JDS - Primeiro é preciso que haja um modelo de avaliação que seja entendido como instrumento para as pessoas melhorarem as suas práticas, em que intervêm nesse processo de avaliação. O que não podemos ter é um mecanismo de avaliação que se limita a aplicar quotas para a atribuição de menções mais elevadas e que só serve para impedir que as pessoas progridam na sua carreira. O SIADAP não sei se recauchutado sobrevive. Era preciso olharmos para a ideia de avaliação de desempenho numa perspetiva de valorização dos profissionais mais do que numa perspetiva de conter custos.



"É preciso formação contínua que seja realizada não por cima do seu tempo de trabalho, mas em vez disso tal como acontece em todas as outras profissões que têm dispensas para formação que é obrigatória".

Leia a 2ª parte desta entrevista na edição de abril

**Joaquim Santos e Tiago Soares
Jornal FNE**

SDPA: 34 ANOS AO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO E DOS PROFESSORES DOS AÇORES

Fundado em 13 de abril de 1989, o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) é uma organização representativa dos educadores de infância e dos professores de todos os níveis de ensino, formadores e investigadores, que exercem a sua atividade na Região Autónoma dos Açores.

Em abril de 2023 celebramos 34 anos da fundação do SDPA, com a convicção que a Revolução dos Cravos nos proporcionou a democracia, a liberdade e o desenvolvimento. Na senda da defesa do bem coletivo, celebramos também a liberdade sindical e um movimento congregador dos docentes na defesa de melhores condições de trabalho e de vida. Sem a participação dos Sindicatos na representação dos trabalhadores não seria possível a construção de uma sociedade moderna, consentânea com os valores de Abril, assumindo a Educação e a Formação um papel fundamental.

Por reconhecimento da UNESCO e da OIT na Recomendação relativa ao estatuto dos professores, os docentes têm que ser reconhecidos e valorizados pelas suas funções, devendo os sindicatos ter uma participação ativa no processo de definição das políticas educativas, contribuindo, desta forma, para o progresso da educação e, consequentemente, da sociedade.

Homenageamos os fundadores do SDPA, que, em liberdade, escolheram e souberam, nos Açores, fundar uma alternativa democrática de sindicalismo plural, reformista, de proximidade e de proposição na ação, mobilizador e assente na ampla participação, independente dos poderes instituídos. Saudamos, ainda, todos aqueles que, ao longo destes anos, ajudaram a construir este reconhecimento. Com a força de todos, o SDPA tem vindo a afirmar-se, sustentadamente, como um Sindicato que marca a diferença e que se

consolidou como um ator relevante e importante na sociedade açoriana.

Foram os valores, a vivência democrática e a luta sindical assente na exigência da negociação coletiva e da promoção de um sistema educativo para todos que motivou, desde logo, a adesão do SDPA à FNE e à UGT, onde através da participação ativa nos órgãos nacionais, e com a sua ação na Região, se procurou fortalecer e elevar a ação desempenhada por estas organizações na representação dos docentes.

Nestes 34 anos de um sindicalismo de causas, centramo-nos na defesa de soluções para os cada vez maiores desafios da classe e de um sistema educativo global de qualidade. A intervenção sindical do SDPA, exercida em diversos planos institucionais e na negociação coletiva, com significativos ganhos, está plasmada nas sucessivas revisões do Estatuto da Carreira Docente, do Regulamento de Concursos, da Avaliação de Desempenho Docente e outros diplomas, designadamente aqueles que permitiram a recuperação do tempo de serviço congelado e sonogado nas revisões inter-carreiras, entre outros. Paralelamente, os associados continuam a ter ao seu dispor um crescente conjunto de benefícios sociais e de saúde e acesso a ações de formação contínua de qualidade facultadas pelo nosso centro de formação – PROForma.

Sem outros objetivos que não sejam a defesa intransigente dos educadores e professores dos Açores, unidos, e contando com a mobilização de todos, continuaremos a **(Re)Valorizar a Docência - Por Uma Educação de Qualidade**.

António Alberto Fidalgo
Presidente da Direção do SDPA



AGENDA DO TRABALHO DIGNO



O Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa promulgou, no dia 22 de março de 2023, a Agenda do Trabalho Digno, e ao que tudo indica vai entrar em vigor no dia

1 de abril. Passo a sublinhar algumas de mais de 70 medidas, num processo que se iniciou com a audição dos parceiros sociais.

O aumento do valor das horas extraordinárias a **partir das 100 horas anuais**: o trabalho suplementar superior a 100 horas anuais é pago pelo valor de retribuição horária com os seguintes acréscimos: 50% pela 1ª hora ou fração desta e 75% por hora ou fração subsequente, em dia útil; 100% por cada hora ou fração, em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, ou em feriado.

Apoio aos jovens trabalhadores: as durações dos contratos temporários passam a ter um limite máximo, quando esteja a ser desempenhada a mesma função, ainda que a entidade empregadora seja diferente, ou seja é reduzido para quatro anos o número de renovações dos contratos temporários;

O período experimental é reduzido para jovens que já tenham tido contratos a termo na mesma atividade, mesmo que com outro empregador;

Proibição da utilização de outsourcing durante um ano após um despedimento coletivo ou por extinção de posto de trabalho;

Os estágios profissionais passam a ser remunerados no mínimo por 80% do SMN e as **bolsas de Estágio IEFP** para licenciados são aumentadas para 960 euros;

É duplicado o valor da compensação pela cessação dos contratos a termo, como forma de dissuadir a celebração de contratos a termo não justificados.

No que concerne à conciliação entre a vida Familiar e profissional: um novo enquadramento dos trabalhadores domésticos; no **direito ao teletrabalho**: sem necessidade de acordo, é alargado aos pais com crianças com deficiência, doença crónica ou doença oncológica.

A licença de parentalidade exclusiva do pai passa dos atuais 20 para 28 dias consecutivos.

Passa a haver um **aumento do subsídio quando as licenças parentais são partilhadas** de forma igual entre pai e mãe, e a partir dos 120 dias a licença pode ser utilizada em part-time, por ambos os progenitores, aumentando a duração total.

A licença por falecimento do cônjuge passa dos atuais cinco dias para 20.

É criada a **licença por luto gestacional**, que pode ir até aos três dias.

São **alargadas as dispensas e as licenças** a quem quer adotar ou ser família de acolhimento.

Os trabalhadores passam a **ter a possibilidade de obter baixa médica através do serviço SNS 24**, ou seja, sem recorrerem a uma consulta num hospital ou centro de saúde.

Combate ao trabalho temporário injustificado: a compensação pela cessação de contratos de trabalho temporário aumenta de 18 para 24 dias por ano;

As empresas de trabalho temporário passam a ser obrigadas a ter um quadro de pessoal permanente e o número de renovações dos contratos é reduzido para quatro.

Negociação Coletiva e maior participação dos trabalhadores: a Agenda passa a consagrar **medidas de discriminação positiva** para as empresas com contratação coletiva dinâmica no acesso a apoios públicos nacionais e europeus, bem como a incentivos financeiros e fiscais.

Por outro lado, alarga-se a contratação coletiva aos **trabalhadores** em outsourcing e aos trabalhadores independentes economicamente dependentes, procurando incentivar a participação ativa de todos no diálogo social, acabando com as exclusões de pessoas em função do tipo de contrato.

Na minha ótica esta aprovação da Agenda para o Trabalho Digno é um momento marcante e importante.

*Dr. Carlos Varandas Nunes
Vice-Presidente do STAAE-ZC*

APROVADO O ESTATUTO DO PESSOAL DE AÇÃO EDUCATIVA NOS AÇORES

A FNE e o STAAESRA (Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação Sul e Regiões Autónomas) congratularam-se com a aprovação do Estatuto do Pessoal de Ação Educativa do Sistema Educativo Regional, ontem determinada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Este é um novo documento, que integra várias das propostas sugeridas pela FNE, que foi uma das organizações sindicais que participou nas negociações com o Governo Regional, podendo constituir uma oportunidade para se alcançar uma valorização ainda maior de todos os trabalhadores não docentes das escolas açorianas.

A FNE e o STAAESRA saúdam especialmente que estes trabalhadores vejam aqui aplicada uma nova designação – Pessoal de Ação Educativa -, em vez da anterior denominação de Pessoal Não Docente.

Com a aprovação deste novo Estatuto, é revogado o anterior Estatuto do Pessoal Não Docente atualmente em vigor.

São aí adotados critérios para definir a dotação mínima dos assistentes operacionais, tendo sido revista a questão dos rácios de assistentes operacionais por unidade orgânica e introduzidas normas para dignificar todos os trabalhadores nas nossas escolas, além de direitos e deveres relativos à sua formação e à sua segurança.

A FNE e o STAAESRA consideraram este um passo importante na melhoria das condições do Pessoal de Apoio Educativo, mas não vão parar de continuar a procurar ainda mais soluções positivas para estes trabalhadores açorianos.

Este é um novo documento, que integra várias das propostas sugeridas pela FNE, que foi uma das organizações sindicais que participou nas negociações com o Governo Regional.



FNE NO DIÁLOGO SETORIAL DA EDUCAÇÃO EM BRUXELAS

Decorreu em 15 de março de 2023 em Louise, Bruxelas, uma reunião do Grupo de Trabalho da Educação Geral do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE), em que a FNE (Joaquim Santos) representa todos os sindicatos portugueses da educação. Participaram em modo tripartido alguns sindicatos filiados no Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), representantes da Federação dos Empregadores Europeus da Educação (EFEE) e a Comissão Europeia.

Em debate estiveram essencialmente temáticas relacionadas com a inovação, educação inclusiva e a violência sobre terceiros, tendo havido um comprometimento com as respetivas orientações multisetoriais. Os membros do CSEE Harald Skulberg (UEN, Noruega) e John MacGabhann (TUI, Irlanda) destacaram a importância de estratégias adequadas de inclusão e diversidade nas escolas e outras instituições de ensino, no sentido da garantia de uma educação de qualidade, para públicos estudantis cada vez mais diversificados.

As salas de aula inclusivas tornaram-se mais importantes para as instituições de ensino, pelo menos no contexto do princípio da Agenda 2030 de “não se deixar ninguém para trás” (ODS 4 – Educação). Os sindicatos da educação exigem o aumento do financiamento público para garantir uma relação professor-aluno de qualidade, bem como formação inicial e desenvolvimento profissional contínuo gratuito, dentro do próprio horário de trabalho, para ajudar os professores a adquirir as competências necessárias.

Os membros da EFEE apresentaram duas práticas de inclusão e diversidade estabelecidas nas suas escolas. Fergal McCarthy (EFEE, ACCS, Irlanda) introduziu um programa para alunos com dificuldades de aprendizagem, enquanto Orsolya Heuer (MRK, Hungria) apresentou um método bem-sucedido para a inclusão de alunos socioeconomicamente desfavorecidos.

O grupo de trabalho do ESSDE também discutiu os resultados da pesquisa apresentados pela

especialista Jane Pillinger (Open University, Reino Unido) sobre a implementação intersectorial das “Diretrizes multisetoriais sobre violência e assédio de terceiros no trabalho”, acordadas pelos dois parceiros sociais europeus em 2010.

Para elas contribuíram também organizações patronais e sindicais europeias, que representam os setores de governos locais e regionais, hospitais, comércio e indústria de segurança e administração do governo central, bem como as telecomunicações e setores do transporte público urbano. Os secretariados do CSEE e da EFEE foram mandatados para o processo de revisão das orientações.

Anusca Ferrari, da Comissão Europeia (CE), atualizou informação sobre o “Plano de Ação de Educação Digital”, em particular as próximas Recomendações do Conselho sobre a melhoria das competências digitais na educação e fatores facilitadores para a educação digital. De igual modo referiu o Centro de Educação Digital e o novo Grupo de Consulta das Partes Interessadas sobre “Opções de política para conteúdos de educação digital na UE”, lançado oficialmente em 2022.

Os delegados do CSEE salientaram a importância de garantir que a implantação de ferramentas digitais seja realizada para melhorar a dimensão pedagógica da profissão docente, evitando o risco de afetar negativamente as condições de trabalho dos professores, cruciais para a sua retenção e para uma maior atratividade para futuros candidatos. O CSEE e a EFEE atualizaram também toda a informação referente à aprovação e candidatura de novos projetos - individuais e em parceria - à CE.



AS MULHERES E A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A fechar o mês em que a FNE celebrou mais um Dia Internacional da Mulher (8 março), alertamos para a necessidade de questões relacionadas com o género serem definitivamente consideradas na definição de políticas e nas decisões tomadas no local de trabalho ao nível da União Europeia - UE.

Homens e mulheres não são iguais do ponto de vista biológico (diferenças entre os sexos) e as atividades que desempenham, bem como as condições de trabalho e a forma como são tratados pela sociedade, diferem igualmente (diferenças de género).

Tais diferenças podem afetar os perigos com que se deparam homens e mulheres em contexto de trabalho, bem como a forma de os avaliar e controlar. A EU-OSHA - Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho é uma das entidades que se dedica à investigação sobre questões de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) que as mulheres enfrentam em contexto laboral, bem como a ações de investigação e sensibilização neste domínio.

Existem diferenças que afetam os riscos com que se deparam homens e mulheres. No caso das mulheres:

- Trabalho em setores específicos e tipos específicos de trabalho;
- Equilíbrio entre duas responsabilidades, no trabalho e em casa;
- Sub-representação nos lugares de supervisão e de direção;
- Diferenças físicas face aos homens, embora se observe muitas vezes uma maior variação entre mulheres do que entre homens e mulheres, por exemplo, no que respeita à força física;
- Trabalhos tantas vezes erroneamente considerados seguros e fáceis.

Em muitas ocasiões, essas diferenças não são reconhecidas nas práticas de SST. Além do mais, o volume de trabalho e os riscos relacionados com o stress para as mulheres no local de traba-

lho são frequentemente subestimados, ignorados até. Por isso, a sociedade necessita de alertas constantes para essas diferenças e de contribuir para melhorar a SST nos aspetos que mais afetam as mulheres.



O QUE PODEM FAZER AS ENTIDADES PATRONAIS?

Uma abordagem sensível ao género no domínio da SST implica reconhecer e ter em conta as diferenças entre os trabalhadores masculinos e femininos.

As entidades patronais podem:

- Ter como objetivo tornar o trabalho mais seguro e mais fácil para todos;
- Incluir as questões de género na avaliação de riscos;
- Ter em conta o trabalho em concreto e evitar identificar, com base em meras conjeturas, os que estão em situação de risco e porquê;
- Admitir flexibilidade no horário de trabalho;
- Envolver as mulheres na tomada de decisões relativas à SST.

Esta abordagem beneficia na globalidade todos os funcionários de uma organização, não apenas as mulheres.

DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE FEVEREIRO A 25 DE MARÇO DE 2023

[Decreto-Lei nº 16/2023-DR nº 41/2023,
Série I de 2023-02-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Concretiza o processo de descentralização de competências para os municípios e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

[Decreto-Lei nº 17/2023-DR nº 41/2023,
Série I de 2023-02-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime da organização e funcionamento do XXIII Governo Constitucional.

[Resolução da Assembleia da República nº 11/2023
DR nº 42/2023, Série I de 2023-02-28](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo a criação de um estatuto de estudante do ensino superior para refugiadas afegãs.

[Resolução da Assembleia da República nº 12/2023
DR nº 42/2023, Série I de 2023-02-28](#)

Assembleia da República
Primeiro orçamento suplementar da Assembleia da República para o ano de 2023.

[Despacho nº 2789-G/2023-DR nº 42/2023,
2º Suplemento, Série II de 2023-02-28](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra
Homologa a eleição do reitor da Universidade de Coimbra.

[Decreto-Lei nº 18/2023-DR nº 45/2023,
Série I de 2023-03-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência.

[Despacho nº 3100/2023-DR nº 48/2023,
Série II de 2023-03-08](#)

Negócios Estrangeiros, Defesa Nacional, Finanças, Economia e Mar, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação, Ambiente e Ação Climática e Agricultura e Alimentação
Cria a Comissão para a Década das Nações Unidas das Ciências do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030) (Década), designada Comité Nacional para a Década do Oceano (Comité).

[Resolução da Assembleia da República nº 14/2023
DR nº 49/2023, Série I de 2023-03-09](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo que reforce o Ensino de Português no Estrangeiro nas suas diferentes dimensões e intensifique o uso das tecnologias digitais para o tornar mais atrativo, dinâmico, interativo e ajustado ao perfil de cada aluno.

[Despacho nº 3163/2023-DR nº 49/2023,
Série II de 2023-03-09](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra

Define o processo de atribuição do apoio extraordinário ao alojamento a estudantes do ensino superior que sejam beneficiários de abono de família até ao 3.º escalão.

[Despacho nº 3232-B/2023-DR nº 50/2023,
1º Suplemento, Série II de 2023-03-10](#)

Educação - Gabinete do Ministro
Altera o Despacho nº 8356/2022, de 8 de julho, que aprova o calendário escolar, para os anos letivos de 2022-2023 e de 2023-2024, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames.

[Resolução da Assembleia da República nº 16/2023
DR nº 53/2023, Série I de 2023-03-15](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e à criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado.

[Despacho nº 3580/2023-DR nº 57/2023,
Série II de 2023-03-21](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra

Fixa as orientações e limites de fixação de vagas para acesso e ingresso no ensino superior no ano letivo de 2023-2024.

[Deliberação nº 338/2023-DR nº 60/2023,
Série II de 2023-03-24](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Fixa os pré-requisitos exigidos para a candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano letivo de 2023-2024.

Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne

11 ABR 2023 | DAS 17H00 ÀS 18H30

Inscrições: Até 3 de abril em www.fne.pt

Sócios Sindicatos FNE: 5€ | Sócios Sindicatos UGT: 10€ | Não Sócios: 20€

A VIOLÊNCIA

percecionada a partir da Escola

LEITURAS, CONJETURAS E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO



MADALENA OLIVEIRA

Professora Auxiliar Instituto
Superior de Serviço Social do Porto

Orador



RUI MAIA

Centro de Formação
da FNE

Moderador

